Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos
Abril – Julho/2006

Realização: Ágere Cooperação em Advocacy
Apoio: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/PR

Módulo III: Conselhos dos Direitos no Brasil
Área: Direitos Humanos

Autoria: Maria de Lourdes Alves Rodrigues
Colaboração: Maria Célia Orlato Selem
Maria Nazaré Tavares Zenaide

Aula 3 - Lei de criação, composição, caráter e atribuições dos Conselhos Estaduais e Municipais

Nível Estadual

1.Criação

A criação dos Conselhos Estaduais dos Direitos Humanos se dá por meio de Lei Estadual aprovada pelo legislativo e sancionada pelo executivo.

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão da Paraíba – CEDDHC e o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo - CONDEPE, foram os primeiros Conselhos de Direitos Humanos criados e instalados no Brasil¹.

Até 2005, haviam sido criados 15 conselhos estaduais dos direitos humanos, representando 55% do total de estados brasileiros.

2.Composição

¹ Segundo Rubens Pinto Lyra, o Conselho de São Paulo fora criado antes, mas o da Paraíba foi instalado primeiro, em virtude da polêmica dos idealizadores do Conselho paulista com o governo Luiz Antônio Fleury, relativa ao direito dos integrantes dos Conselhos de Direitos Humanos de ingressarem livremente nos estabelecimentos ligados ao sistema penitenciário do Estado para a realização de vistorias ou perícias no sistema penitenciário, finalmente assegurado com a modificação da lei que criou o Conselho paulista, (Leis Estaduais de 1991 e de 1992). Sem a garantia desse direito a autonomia do Conselho fica, em grande parte, esvaziada, mesmo quando os demais requisitos para sua independência estejam presentes.

Conflitos e sua prevenção: o papel dos conselhos e ouvidorias de defesa sócia, Rubens Pinto Lyra. Disponível em: <http://www.ufpb.br/ufpb/home/ouvidoria/artigos/conflitos.htm>

Devem ser compostos de forma paritária por órgãos governamentais e organizações da sociedade com atuação na área dos direitos humanos, considerando-se o que estabelece a Constituição Federal de 1988 que institui a democracia participativa. O número de membros do Conselho varia, conforme a legislação específica que dispõe sobre sua criação.²

3. Caráter

Os Conselhos de Direitos Humanos são órgãos estatais especiais, ou seja, instâncias públicas colegiadas. Devem ser paritários, deliberativos, vinculados administrativamente a uma Secretaria de Estado relacionada aos Direitos Humanos (em geral, a Secretaria da Justiça), assegurada a autonomia política de decisão do Conselho. Isto é, não devem estar subordinados, no exercício de suas atribuições, a qualquer órgão governamental, inserindo-se na estrutura da Secretaria da Justiça, por exemplo, apenas para fins de suporte administrativo, operacional e financeiro.

Devem possuir efetivo poder de fiscalização e exercer uma função de monitoramento da gestão pública estadual, com vistas a fazer valer o respeito pelos direitos humanos. É um órgão de fiscalização, de monitoramento e de avaliação dessas políticas de defesa e promoção dos direitos humanos.

4. Atribuições

Entre as atribuições dos Conselhos Estaduais dos Direitos Humanos relacionamos as que seguem:

- elaborar seu regimento interno;
- propor as diretrizes para o poder público estadual, atuar nas questões dos direitos humanos;
- auxiliar o poder público estadual a desenvolver suas atividades dentro do respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana e do cidadão;
- propor mecanismos legais que permitam a institucionalização da promoção e defesa dos direitos humanos, como missão primordial do poder público estadual;

² Nos dois exemplos citados acima, São Paulo e Paraíba temos algumas especificidades que conformam diferentemente os dois Conselhos, tanto no que se refere à sua composição quanto às suas atribuições e, conseqüentemente, ao seu campo de atuação. São Paulo optou por compor o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE) com a presença esmagadoramente dominante de entidades da sociedade civil, tendo os poderes de Estado uma participação apenas simbólica (um representante do Executivo e um do Legislativo). O Judiciário decidiu não tomar assento no CONDEPE por considerar existir dúvidas quanto à compatibilidade entre sua participação nesse órgão e o exercício de suas funções judicantes. Outra foi a opção da Paraíba, que fez o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão (CEDDHC) uma instituição híbrida, composta de sete órgãos ligados ao Estado e oito representantes da sociedade civil ou a eles assemelhados (entre estes a OAB/PB e a Universidade Federal da Paraíba). Vê-se que a composição do CEDDHC reflete um relativo equilíbrio entre Estado e Sociedade, a despeito da presença hegemônica desta, atendendo assim o que dispõe a Constituição paraibana, que concebeu o Conselho como sendo o locus por excelência da articulação das ações da sociedade civil organizada com a atuação desenvolvida pelo Poder Público Estadual na esfera dos direitos do homem e do cidadão.

- estimular e promover a realização de estudos, pesquisas e eventos que incentivem o debate sobre os direitos humanos;
- promover campanhas educativas e a realização de pesquisas das causas de violação de direitos humanos, sugerindo medidas que assegurem o pleno gozo desses direitos;
- estimular e promover programas educativos para a conscientização sobre os direitos humanos e da cidadania;
- promover investigações e estudos para a eficácia das normas vigentes de defesa dos direitos humanos, consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres Fundamentais do Homem e na Declaração Universal dos Direitos do Homem.
- denunciar e investigar violações aos direitos humanos ocorridos no Estado;
- receber e encaminhar às autoridades competentes petições, representações, denúncias ou queixas de quaisquer pessoas ou entidades por desrespeito aos direitos individuais e coletivos assegurados na legislação em vigor;
- manter intercâmbio e cooperação com as entidades e órgãos públicos ou privados, nacionais ou internacionais de defesa dos direitos humanos;
- instituir e manter atualizado um centro de documentação, onde sejam sistematizados dados e informações sobre as denúncias recebidas;
- editar boletim ou revistas com periodicidade, no mínimo, semestral;
- instalar comissões, grupos de trabalho e comitês, nas formas previstas no regimento;
- solicitar as diligências que reputar necessárias para a apuração de fatos considerados lesivos aos direitos fundamentais do homem e do cidadão;
- elaborar e apresentar, anualmente, ao público e aos chefes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado, relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas no período;
- solicitar às autoridades competentes a designação de servidores públicos para o exercício de atividades específicas.

Nível Municipal

1.Criação

A criação do Conselho Municipal dos Direitos Humanos é uma medida voltada para garantir uma esfera pública com representantes da comunidade local e dos órgãos governamentais, que monitore o impacto das políticas públicas na proteção e efetivação dos direitos humanos, e, também, que investigue as violações de direitos humanos no território municipal.

Os conselhos municipais dos direitos humanos devem ser permanentes, autônomos, fortes e imunes às mudanças de natureza política. Devem ser criados por Lei Municipal e não ficarão submetidos a influências partidárias. Devem

constituir-se como instância superior de deliberação colegiada, de natureza permanente, cujo objetivo principal é a defesa, a promoção e o controle das ações que assegurem os direitos da pessoa humana, dispondo de autonomia política decisória.

Tal qual vários estados da Federação já mencionados, muitos municípios brasileiros ainda não possuem o Conselho Municipal dos Direitos Humanos.

2. Um pouco de vivência:

Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos de São João Del Rei - MG

LEI Nº. 3.481, de 04 de novembro de 1999.

Cria o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São João Del-Rei aprova e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica criado o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos do Município de São João del-Rei que tem por finalidade a promoção de defesa dos direitos humanos, mediante ações preventivas, corretivas, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações a eles contrários.

Art. 2º. - Constituem direitos humanos, sob a proteção do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos de Município de São João Del Rei:

I - Os direitos e garantias fundamentais, previstos na Constituição Federal e Lei Orgânica do Município de São João del-Rei;

II - Os direitos constitucionais e os previstos na Lei Orgânica do Município relativos à cultura, ao desporto, a comunicação e ao meio ambiente;

III - os direitos constitucionais e os previstos na Lei Orgânica do Município pertinentes à família, à criança e adolescentes, ao idoso, aos Índios e às minorias;

IV - os direitos e garantias decorrentes do regime e dos princípios adotadas pela Constituição Federal, Estadual e pela Lei Orgânica do Município;

V - Os direitos e garantias previstos nos atos internacionais que o Brasil se obrigou a observar ou deles sejam decorrentes.

Parágrafo Único - A defesa dos direitos humanos, pelo CDDH do Município de São João del-Rei, independente de manifestação de seus titulares, sejam estes direitos pertinentes a indivíduos, coletividade ou difusos.

Art. 3º. - O CDDH do Município de São João del Rei será composto por membros indicados pelos seguintes órgãos e entidades:

- a - Um representante do Poder Judiciário;
- b - Um representante do Ministério Público;
- c - Um representante da OAB;
- d - Um representante da Diocese;

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

- e - Um representante dos Sindicatos de Classe;
- f - Um representante da Polícia Militar;
- g - Um representante da Polícia Civil;
- h - Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- i - Um representante da FUNREI - Departamento de Psicologia

§1º. - O órgão ou entidade membro do Conselho indicará um representante titular e suplente.

Art. 4º. - Os membros do Conselho (titulares e suplentes) terão um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 5º. - O membro do Conselho perderá o mandato:

I - se faltar, sem motivo justificado, a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas no período de 01 (um) ano; ou se tiver conduta incompatível com os objetivos do Conselho, a juízo deste, conforme seu regimento.

Art. 6º. - Compete ao Conselho:

I - Elaborar seu regimento;

II - propor as diretrizes para o poder público do Município de São João del-Rei atuar nas questões dos direitos humanos;

III - auxiliar o poder público do Município de São João del-Rei a desenvolver suas atividades dentro do respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana;

IV - propor mecanismos legais que permitam a institucionalização da promoção e defesa dos direitos humanos e cidadania, como missão primordial do poder público do Município de São João Del-Rei;

V - estimular e promover a realização de estudos, pesquisas eventos que incentivem o debate sobre os direitos humanos e a cidadania.

VI - estimular e promover programas educativos para a conscientização sobre os direitos humanos e a cidadania;

VII - denunciar e investigar violações dos direitos humanos ocorridos no Município de São João Del Rei

VIII - receber e encaminhar às autoridades competentes petições, representações, denúncias ou queixas de qualquer pessoa ou entidade por desrespeito aos direitos humanos;

IX - manter intercâmbio e cooperação com as entidades e órgãos públicos ou privados, nacionais e /ou internacionais de defesa dos direitos humanos e do cidadão;

X - criar e manter atualizado um centro de documentação, onde sejam sistematizados dados e informações sobre as denúncias recebidas;

XI - editar boletim ou revista com periodicidade no mínimo semestral;

XII - instalar comissões e grupos de trabalhos nas formas previstas no regimento;

XIII - solicitar às diligências que reputar necessárias para a apuração de fatos considerados lesivos aos direitos humanos e cidadania;

XIV - elaborar e apresentar, anualmente, à sociedade e aos Chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e ao Poder Judiciário do Município de São João del-Rei, relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas no período;

XV - solicitar às autoridades competentes a designação dos servidores públicos para o exercício de atividades específicas;

- Praticando:**
- 1) Você conhece a lei de criação do Conselho dos Direitos Humanos do seu Estado e Município? Lá deverão estar definidos o caráter, as atribuições e competências, a composição e o funcionamento. No caso da participação da sociedade nos conselhos, é importante verificar como é feita a escolha dos representantes que ocupam a função de conselheiros e conselheiras.
 - 2) Diante dos conteúdos apresentados nesta aula, você considera que é necessária alguma adequação? Quais?
 - 3) Existe fórum de defesa dos direitos humanos no seu estado e município? Há alguma articulação do movimento de defesa dos humanos? Estes espaços são fundamentais para que a representação da sociedade civil seja fortalecida nos conselhos.

Referências bibliográficas

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

Conflitos Sua Prevenção: O Papel dos Conselhos e Ouvidorias de Defesa Social.
Rubens Pinto Lyra. Retirado do Site
<http://www.ufpb.br/ufpb/home/ouvidoria/artigos/conflitos.htm>

Os Conselhos De Direitos do Homem e do Cidadão e a Democracia Participativa.
Rubens Pinto Lyra. Disponível em:
<http://www.dhnet.org.br/w3/ceddhc/ceddhc/rubens2.htm>

Governo e Sociedade - Política Municipal de Direitos Humanos (publicado originalmente como DICAS nº 102 em 1998). Disponível em:
<http://www.federativo.bndes.gov.br/dicas/D102%20-%20Pol%C3%ADtica%20municipal%20de%20direitos%20humanos.htm>

Links interessantes

ADITAL - <http://www.adital.com.br/site/index.asp?lang=PT>

Conselhos Estaduais dos Direitos Humanos

Conselhos Municipais dos Direitos Humanos

Atenção: se o conselho que você participa tem página na internet, envie o endereço eletrônico para o tutor de sua turma.